

A INCLUSÃO NA EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO – ITAPIPOCA- CEARÁ

Autor- Aratrícia Maria Martins Freire

EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo- Rede Municipal de ensino- aratriciamaria@hotmail.com

Resumo

O presente estudo trata da inclusão na escola regular, bem como sua contribuição para a inserção social das pessoas com deficiência tendo como espaço a EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo, no município de Itapipoca - Ceará. Considerando que a socialização de um ser humano na sociedade não pode ser considerada algo abstrato —incluir — promove no ser humano um desenvolvimento de interação entre os sujeitos tidos como “normais”, este trabalho se justifica pela necessidade de conhecer e usufruir da inclusão social como instrumento para interação com os sujeitos no âmbito social. Para realizar esta pesquisa, baseou-se nos estudos bibliográficos e vivências que defendem, no geral, que as pessoas com deficiência necessitam ser incluídas na escola, sociedade e que de fato aconteça a aprendizagem dessas pessoas. Assim, a partir da necessidade de tratar de forma coesa o assunto, foram construídas duas perspectivas de análise, que nortearam esta investigação: os fatores que propiciam e que dificultam a relação das pessoas com deficiência com a escola e as relações existentes entre professor e aluno com deficiência, enfocando o comprometimento daquele no processo educativo da pessoa com deficiência. Nesse sentido, foi realizada uma observação em sala de aula com o intuito de avaliar conceitos e concepções sobre o ensino para pessoas com deficiência. Os resultados indicaram que é fundamental a apropriação por parte do professor para a eficiente inclusão da criança com deficiência nas atividades da escola. Além disso, utilizar somente como proposta curricular os conteúdos não satisfaz a necessidade de inclusão da pessoa com deficiência, pois os valores a eles associados atuam também como uma espécie de modelo na aprendizagem. Sendo assim, percebemos a satisfação em aprender e ensinar sobre a inclusão, dando prioridade as pessoas com deficiência que ainda sofrem muita exclusão, pois a sociedade está apta a conviver com o preconceito e nem todo deficiente se aceita, é preciso que haja aceitação por parte da pessoa com deficiência, assim de fato a inclusão dessas pessoas nas diversas práticas sociais será possível.

Palavras-chave: Deficiência, Inclusão e Sociedade.

INTRODUÇÃO

Podemos perceber através de estudos que sobre a história da humanidade que as pessoas com deficiência eram tratadas na sociedade como criaturas do mal, amaldiçoadas e que tinham vindo ao mundo como castigo de Deus para sua família.

Esse assunto nos traz reflexões sobre muitas discursões e somente através de estudos teremos melhor entendimento sobre tantas incertezas e, apesar dos discursos eloquentes por ser um assunto complexo e abrangente, há muito a ser pesquisado. Principalmente em relação às práxis nas escolas,

como esse processo está acontecendo e se de fato acontece da melhor forma para as pessoas com deficiência.

Ainda de acordo com as **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica** “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001, p.25). Uma sociedade que pensa dessa forma, só enxerga a impossibilidade das pessoas com deficiências tende a agir de forma excludente, selecionando os mais aptos e descartando aqueles que apresentam dificuldades.

O auge da institucionalização da Educação Especial em nosso país foi representada meados de 1970, quando o desenvolvimento de novos métodos e técnicas de ensino baseados nos princípios de modificação de comportamento e controle de estímulos permitiu a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico desses sujeitos, até então desligados do processo educacional. “O deficiente pode aprender”, tornou-se a palavra de ordem, resultando numa mudança de paradigma do “modelo médico”, predominante até então, para o “modelo educacional”. (GLAT, 2005)

Aprofundando conhecimentos descobrimos que o atendimento nas primeiras instituições dava-se de forma assistencialista mediante uma política de favor, como ainda nos dias de hoje se faz “política”.

A escola sendo ela uma instituição social, reflete alguns padrões de comportamento existentes naquele meio ao qual ela está inserida, portanto, acaba por apresentar nitidamente traços de exclusão. Para Mantoan (2006, p.9) “[...] a escola vem adotando medidas excludentes ao reagir às diferenças.” Porém, como promotora da igualdade, é inaceitável compactuar com o preconceito e menos ainda atitudes desta natureza.

Após a Declaração de Salamanca, no Brasil, foram criadas leis e decretos voltados para a melhoria da educação, das PNEE. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LEI N°9394/96, estabelece:

Art.4º O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III-Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Conhecendo um pouco das políticas em defesa das pessoas com deficiências é que podemos descrever a importância dos mais significativos benefícios da presença das PNEE na escola regular no fato dessa convivência proporcionar a aceitação do diferente entre as crianças, de maneira que não cause medo ou estranheza e com o passar do tempo essa aceitação por parte dos ditos “normais” seja a rotina de todos sem nenhuma distinção do que já se viveu ou possa vir, daí o termo inclusão não seja mais necessário, pois haverá assim um entendimento de que todos fazem parte da mesma sociedade. Mantoan (2006, p.61) contempla essa ideia quando diz que “se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, para entender e viver a experiência da inclusão!”. A conscientização das pessoas sobre a inclusão é necessário porque o preconceito ainda está enraizado nas pessoas, mesmo que já venha de lutas vividas por seus antepassados e transmitidas aos mais jovens, mas que agora aconteça em duas vertentes: os mais jovens influenciarem os mais velhos a romperem os paradigmas da exclusão e ensinar às próximas gerações a inclusão.

No início do século XX, apesar dos avanços sociais e científicos, as pessoas com deficiência continuavam sendo vistas como perigosas à sociedade, e sendo vítimas da violência do preconceito. Por não se ter clareza quanto à causa das deficiências, usualmente a deficiência estava relacionada à hereditariedade e a problemas básicos de saúde, como sífilis, tuberculose e doenças venéreas. (JANNUZZI, 2004).

Em meados do século XX passou-se a falar sobre inclusão, principalmente no âmbito escolar e foram criadas muitas leis para garantir esse direito a todos, fazendo assim mudar um pouco a história dessas pessoas. FERREIRA (2005, p.44) diz que inclusão é:

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor.

Isso significa que devemos incluir buscando reconhecer, aceitar e valorizar as diferenças ,trabalhando o desenvolvimento das habilidades de cada indivíduo favorecendo o seu crescimento pessoal e social, incentivando a sua participação no meio social. Permitindo que este seja parte integrante de um todo que ao olha-lo não foque nas suas dificuldades mais no seu potencial. Para MANTOAN (2006,p.19)

“[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.”

A inclusão deve envolver todas as pessoas, mas diante da exclusão que fazem infelizmente isso parece ser impossível em algumas situações, se uma sociedade é inclusiva é porque seus cidadãos já evoluíram rumo à solidariedade, compromisso para com o próximo e consigo mesmo. Faz-se necessário uma mudança de valores e atitudes em relação a essas pessoas, tem a ver não só com o cumprir a lei ou atender uma demanda social.

Ocorre que a inclusão ultrapassa a legitimação desse direito, ao exigir não apenas a matrícula escolar, mas o prosseguimento dos estudos até os níveis mais elevados da criação artística, da produção científica, da tecnologia. Há, então, que se reconhecerem as peculiaridades dos alunos, isto é, as suas diferenças. Nesse sentido, é preciso mostrá-las, porém sem discriminá-las, nem inferiorizá-las. (MANTOAN E PIETRO 2006, p.80)

O comprometimento com o crescimento do outro requer acima de tudo humanidade o que falta muito nas pessoas hoje, precisamos ultrapassar as barreiras do preconceito para contribuir com a sociedade, só assim é possível à construção de um mundo melhor onde todos consigam conquistar seu espaço apesar de suas limitações.

Segundo Lima (1991, p.19):

[...] O brincar tem função essencial no processo de desenvolvimento da criança, principalmente nos primeiros anos de vida, nos quais ela tem de realizar a grande tarefa de compreender e se inserir em seu grupo, constituir a função simbólica, desenvolver a linguagem, explorar e conhecer o mundo físico.

As brincadeiras são tidas como os melhores estimulantes, que facilitam o direcionamento na educação de pessoas com deficiência, sendo de responsabilidade do professor a melhor forma de direcioná-las, deixando os alunos usarem a sua criatividade e imaginação para superar suas limitações e anseios.

METODOLOGIA

O estudo que aqui se apresenta, identifica-se com os princípios da pesquisa qualitativa, pelo viés das pesquisas bibliográficas e de campo, que prima pela qualidade dos resultados.

A sociedade ainda supervaloriza a educação bancária, aquela que, segundo Freire, “Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem.” (FREIRE, 1987 p.33)

Utiliza para a coleta de dados, a instituição de ensino EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo com seus diversos instrumentos: além da pesquisa bibliográfica, relatos de experiências, oficinas, estudos de caso (s), sugestões propostas pelo grupo, conversas com as crianças, professores da sala regular, professora do AEE, equipe gestora, funcionários, pais, cras e comunidade escolar em geral.

O trabalho de conscientização com escola e família são de extrema importância, na escola esses momentos são proporcionados pela professora de AEE que dá ênfase para que de fato a inclusão aconteça dentro da escola, perpassando por toda comunidade.

O trabalho foi concluído com pesquisa teórica, de acordo com as categorias de sentido que mais se aproximavam do conteúdo apresentado firmando clareza dos fatos com as vivências na própria escola.

RESULTADOS

A educação de uma pessoa independente de suas dificuldades e peculiaridades é algo único, requer um jogo de regras que envolve: afetividade, criatividade e ludicidade. O momento de se aprender requer estimulação para melhor desenvolver suas habilidades e ampliar seus conhecimentos. A esse respeito Orrú *apud* (FANTACHOLI, 2013 p.4) defende que “[...] tanto o bebê sem deficiência quanto aquele que tem deficiência [...] ao estar em contato com outras crianças e adultos em um processo inclusivo, podem, desde a mais tenra idade, se apropriar das características tipicamente humanas e superar estágios de desenvolvimento”.

Inclusão não é tratar as PNEE como se não existisse dificuldade alguma, ou oferecer uma escola cheia de barreiras arquitetônicas e desumanas forçando a adaptação de um aluno, mas, é reconhecer suas limitações e oferece-lhe meios para supera-las.



Uma criança que se desenvolve normalmente sem apresentar deficiência se não for estimulada seu desenvolvimento acontece de forma mais lenta, no caso daquelas que já apresenta um quadro de limitações a falta de estímulos sensoriais externo podem causar danos ainda maiores.

A inclusão é uma necessidade básica do ser humano, embora as pessoas não tenham percebido ainda, mas excluimos as pessoas diariamente seja por falta de bons modos ou pela falta de visão da sociedade por não incluir, começando pela acessibilidade nos ambientes de nossa própria casa, refletindo assim na escola, prédios sem nenhuma acessibilidade como uma simples rampa que facilita o percurso da própria criança não precisa ela ser deficiente físico.

Na sua Pedagogia da Autonomia, Freire defende que “[...] o inacabamento do ser ou sua inclusão é próprio da experiência vital”. (FREIRE, 1996 p.22). Mesmo as pessoas que não apresentam deficiências não significa que são completas e perfeitas, cada um tem suas dificuldades e, portanto o desafio de superá-las.

Durante as pesquisas realizadas para a construção desse trabalho, percebeu-se o quanto a inclusão é urgentemente necessária. Ela é algo para ontem, mas, infelizmente ainda caminha a passos lentos porque, apesar de todo o aparato legal, há pouco investimento financeiro dispensado a esse objetivo. Além disso, ela requer o rompimento com velhas práticas que ainda persistem em todos os setores da sociedade e uma ruptura dessa grandeza não é possível em curto prazo. Mas percebe-se que há muitos avanços nesse sentido se for considerado o histórico da educação inclusiva.

A escola tem o papel de acolher todas as pessoas e promover a inclusão através da conscientização da população sobre a importância e a necessidade de incluir todos.

Conforme os resultados obtidos pela coleta dos instrumentos supracitados, alguns avanços já se tem alcançado, por meio da formação contínua, no que diz respeito à inclusão escolar e mais especificamente ao AEE.

CONCLUSÕES

A inclusão consiste em educação para todos, sem discriminação, exclusão ou preconceitos. Ao inserir alunos com deficiência no ensino regular há uma complexidade muito acentuada, trata-se de níveis diferentes e até extremamente opostos, exemplo, aluno com altas habilidades/superdotado

junto com aluno autista, junto a outros em um nível considerado normal. É imprescindível que um acompanhamento mais específico é de suma importância para que esses alunos possam desenvolver sua cognição no sentido da aprendizagem, com mais facilidade.

Na EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo temos a grandeza de fazer essa inclusão acontecer desde o 1º ano, chamando a família para aceitação, buscando repassar para cada criança os valores que estão um pouco esquecidos, até mesmo pela própria família nessa transferência de responsabilidades para a escola, com a ajuda do AEE, alunos e grupo escolar, queremos apenas encontrar no futuro uma história com acontecimentos bons, pessoas melhores e respeito com o outro seja qual for sua raça, cor, deficiência, eficiência, apenas amor ao próximo e aceitação de si próprio para ganhar seu valor moral com o outro. Inclusão sou parte dessa história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Educação Infantil Introdução Saberes e práticas da inclusão**. v.8,4ªed. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/introducao.pdf> acesso em: 05/07/16 às 10h43min.

_____. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**, v.4, Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/afamilia.pdf>. Acesso em: 08/07/16 às 13h30min.

FANTACHOLI, Fabiane das Neves. **Crianças com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Infantil: Uma Perspectiva Histórico-Cultural**. Revista Eletrônica Saberes da Educação, v.4, n.1, p.1-12, 20013.

FERREIRA, Windyz B. **Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 40.

FERNANDES, Alicia. **O saber em jogo**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25^aed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. In: **Inclusão** - Revista da Educação Especial. Ano 1, n.1, 2005, MEC/Seesp.

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

LIMA, Elvira C. A. S., et al., **O Jogo e a Construção do Conhecimento na Pré-Escola**. São Paulo: FDE, 1991.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006.